
PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL



Preâmbulo

Parte I. Enquadramento

Parte II. Execução

Parte III. Inventários, Modelos e Listagens

Anexos

março de 2024



Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Município de Paredes de Coura

Versão 01 | março de 2024

Ficha Técnica do Documento

Título:	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) do Município de Paredes de Coura
Descrição:	O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) do Município de Paredes de Coura é um documento formal no qual se encontram definidas as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil.
Data de produção:	21 de abril de 2023
Data da última atualização:	8 de março de 2024
Versão:	Versão 01
Desenvolvimento e produção:	Município de Paredes de Coura
Coordenador de Projeto:	Tiago Cunha Vice-presidente do Município com o pelouro da Proteção Civil
Técnico responsável pela elaboração:	Emanuel Oliveira Técnico Superior
Código de documento:	00
Estado do documento:	Para emissão de parecer prévio da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), nos termos do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 44/2019, de 1 de abril.
Código do Projeto:	08/MPCR/2023
Nome do ficheiro digital:	00_PME_PCR_Preambulo_vs01.DOCX

PREÂMBULO



1. Lista de Acrónimos
 2. Referências Legislativas
 3. Registo de Atualizações e Exercícios
-

Esta página foi deixada propositadamente em branco



Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Município de Paredes de Coura

Versão 01 | março de 2024

ÍNDICE

1	ÍNDICE DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE PAREDES DE COURA.....	6
	PREÂMBULO	6
	PARTE I - ENQUADRAMENTO	6
	PARTE II - EXECUÇÃO	6
	PARTE III - INVENTÁRIOS, MODELOS E LISTAGENS	7
	ANEXO I - CARTOGRAFIA DE SUPORTE ÀS OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL.....	7
	ANEXO II - PROGRAMA DE MEDIDAS A IMPLEMENTAR PARA A PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DOS RISCOS IDENTIFICADOS E PARA A GARANTIA DA MANUTENÇÃO DA OPERACIONALIDADE DO PLANO	8
	ANEXO III - INVENTÁRIO DE MEIOS E RECURSOS E LISTA DE CONTACTOS	8
	ANEXO IV. LISTAGEM DE CANAIS E FREQUÊNCIAS RÁDIO	8
	ANEXO IV. LISTAGEM DE CANAIS E FREQUÊNCIAS RÁDIO	8
2	Lista de Acrónimos.....	9
3	Referências Legislativas.....	14
3.1	Legislação Estruturante.....	14
3.2	Legislação Orgânica.....	15
3.3	Legislação Técnico-operacional	19
3.4	Legislação Concorrente.....	20
3.5	Legislação Diversa	22
4	Registo de Atualizações e Exercícios	24
4.1	Registo de Atualizações	24
4.2	Registo de Exercícios ¹	25



Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Município de Paredes de Coura

Versão 01 | março de 2024

1 ÍNDICE DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE PAREDES DE COURA

PREÂMBULO

1. Lista de Acrónimos
2. Referências Legislativas
3. Registo de Atualizações e Exercícios

PARTE I - ENQUADRAMENTO

1. Introdução
2. Finalidade e Objetivos
3. Tipificação dos Riscos
4. Critérios para a Ativação
 - 4.1. Competências para Ativação do Plano
 - 4.2. Critérios para Ativação do Plano

PARTE II - EXECUÇÃO

1. Estruturas
 - 1.1. Estruturas de Direção Política
 - 1.2. Estruturas de Coordenação Política
 - 1.3. Estruturas de Coordenação Institucional
 - 1.4. Estruturas de Comando Operacional
2. Responsabilidades
 - 2.1. Responsabilidades dos Serviços de Proteção Civil
 - 2.2. Responsabilidades dos Agentes de Proteção Civil
 - 2.3. Responsabilidades das Entidades com Dever de Cooperação
3. Organização
 - 3.1. Infraestruturas de Relevância Operacional
 - 3.2. Zonas de Intervenção
 - 3.3. Mobilização e Coordenação de Meios
 - 3.4. Notificação Operacional



Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Município de Paredes de Coura

Versão 01 | março de 2024

4. Áreas de Intervenção

- 4.1. Gestão Administrativa e Financeira
- 4.2. Reconhecimento e Avaliação
- 4.3. Logística
- 4.4. Comunicações
- 4.5. Informação Pública
- 4.6. Confinamento e/ou Evacuação
- 4.7. Manutenção da Ordem Pública
- 4.8. Serviços Médicos e Transporte de Vítimas
- 4.9. Socorro e Salvamento
- 4.10. Serviços Mortuários

PARTE III - INVENTÁRIOS, MODELOS E LISTAGENS

1. Inventário de Meios e Recursos
2. Lista de Contactos
3. Modelos
 - 3.1. Modelos de Relatórios
 - 3.2. Modelo de Requisição
 - 3.3. Modelos de Comunicados
 - 3.4. Modelo de Declaração da Situação de Alerta
 - 3.5. Modelo de Ativação do PMEPC
 - 3.6. Modelos de Cartão de Segurança
 - 3.7. Modelo de Ficha de Controlo Diário
4. Lista de Distribuição

ANEXO I - CARTOGRAFIA DE SUPORTE ÀS OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL

1. Cartografia de Suporte às Operações de Emergência de Proteção Civil



Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Município de Paredes de Coura

Versão 01 | março de 2024

ANEXO II - PROGRAMA DE MEDIDAS A IMPLEMENTAR PARA A PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DOS RISCOS IDENTIFICADOS E PARA A GARANTIA DA MANUTENÇÃO DA OPERACIONALIDADE DO PLANO

1. Programa de Medidas a Implementar para a Prevenção e Mitigação dos Riscos Identificados
 - 1.1. Estratégias Gerais para a Prevenção e Mitigação dos Riscos Identificados
 - 1.2. Estratégias Específicas para a Prevenção e Mitigação dos Riscos Identificados
2. Programa de Medidas a Implementar para a Garantia da Manutenção da Operacionalidade do Plano
 - 2.1. Exercícios de Proteção Civil
 - 2.2. Ações de Sensibilização e Formação

ANEXO III - INVENTÁRIO DE MEIOS E RECURSOS E LISTA DE CONTACTOS

1. Inventário de Meios e Recursos
2. Lista de Contactos

ANEXO IV. LISTAGEM DE CANAIS E FREQUÊNCIAS RÁDIO

1. Frequências ROB para a Sub-região do Alto Minho
2. Frequências REPC para a Sub-região do Alto Minho (Banda Alta VHF)
3. Indicativo Municipal da Rede de Rádio da Sub-região do Alto Minho

ANEXO IV. LISTAGEM DE CANAIS E FREQUÊNCIAS RÁDIO

1. Parecer da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC)



Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Município de Paredes de Coura

Versão 01 | março de 2024

2 LISTA DE ACRÓNIMOS

LISTA DE ACRÓNIMOS	
A	
ACES	Agrupamento de Centros de Saúde
AHBV	Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários
ANAC	Autoridade Nacional da Aviação Civil
ANACOM	Autoridade Nacional de Comunicações
ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
ANSR	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
AR	Áreas de Risco
C	
CB	Corpo de Bombeiros
CCO	Centros de Coordenação Operacional
CCOM	Centro de Coordenação Operacional Municipal
CCON	Centro de Coordenação Operacional Nacional
CELOG	Célula Logística
CELOP	Célula Operações
CEPLAN	Célula de Planeamento
CM	Câmara Municipal
CMPC	Comissão Municipal de Proteção Civil
CNEPC	Comando Nacional de Emergência e Proteção Civil
CNPC	Comissão Nacional de Proteção Civil
COS	Comandante das Operações de Socorro
COS2018	Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018
CPX	Command Post Exercise (exercícios de posto de comando)
CREPC	Comando Regional de Emergência e Proteção Civil
CSREPC	Comando Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
D	
DCPT	Departamento Central de Polícia Técnica
DEM	Digital Elevation Model
DGT	Direção-Geral do Território
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural



Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Município de Paredes de Coura

Versão 01 | março de 2024

DGS	Direção Geral de Saúde
DIOPS	Dispositivo Integrado das Operações de Proteção e Socorro
DMPC	Departamento Municipal de Proteção Civil
DVI Team	Disaster Victim Identification Team
E	
EAT	Equipas de Avaliação Técnica
EEEVS	Elementos Estratégicos, Expostos, Vitais e/ou Sensíveis
EDP	Energias de Portugal
EGIC Psicossocial	Equipa de Gestão de Incidentes Críticos – Apoio Psicossocial
EM	Estrada Municipal
EML-DVI	Equipa Médico-Legal de Intervenção em Desastres
EN	Estrada Nacional
ENDS	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
ENF	Estratégia Nacional para a Floresta
ENSR	Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária
ER	Estrada Regional
ERAS	Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação
ERAV-M	Equipa Responsável pela Avaliação de Vítimas Mortais
ETA	Estação de Tratamento de Água
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
F	
FFAA	Forças Armadas
G	
GNR	Guarda Nacional Republicana
GPIAAF	Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e de Acidentes Ferroviários
I	
IC	Itinerário Complementar
ICARO	Importância do Calor: Repercussões sobre os Óbitos
ICNF	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
IGT	Instrumento de Gestão Territorial
INE	Instituto Nacional de Estatística
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica
IP	Itinerário Principal
IP, S.A.	Infraestruturas de Portugal, S.A.
IPMA	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
IFSS	Instituições com Fins de Socorro e de Solidariedade



Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Município de Paredes de Coura

Versão 01 | março de 2024

INMLCF	Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses
IRN	Instituto dos Registos e do Notariado
ISS	Instituto de Segurança Social
L	
LIVEX	Live Exercise (exercício com meios reais)
LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
LPC	Laboratório de Polícia Científica
M	
MAI	Ministro da Administração Interna
MP	Ministério Público
N	
NecPro	Necrotérios Provisórios
NEP	Norma de Execução Permanente
NUT	Nomenclatura de Unidade Territorial
O	
ORMIS	Ordens de Missões
OCS	Órgãos de Comunicação Social
P	
PCIP	Prevenção e Controlo Integrados da Poluição
PCO	Posto de Comando Operacional
PCMun	Posto de Comando Operacional Municipal
PCOC	Plano de Contingência para Ondas de Calor
PDEPC	Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil
PDM	Plano Diretor Municipal
PDDFCI	Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PE	Pontos de Encontro
PEA	Plano Estratégico de Ação
PEOT	Plano Especial de Ordenamento do Território
PJ	Polícia Judiciária
PLANCOM	Plano de Comunicações
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PMA	Postos Médicos Avançados
PME	Plano Municipal de Emergência
PMEPC	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil
PMEPCPCR	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Paredes de Coura
PMOT	Plano Municipal de Ordenamento do Território
PNA	Plano Nacional da Água
PNAAS	Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde



Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Município de Paredes de Coura

Versão 01 | março de 2024

PNDFCI	Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PNPOT	Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território
PNPR	Plano Nacional de Prevenção Rodoviária
POSIT	Pontos de Situação
PROF	Plano Regional de Ordenamento Florestal
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
PSP	Polícia de Segurança Pública
R	
REDIS	Relatório Diário de Situação
RELESP	Relatório de Situação Especial
RELGER	Relatório de Situação Geral
RELIS	Relatórios Imediatos de Situação
REPC	Rede Estratégica de Proteção Civil
REN	Redes Energéticas Nacionais
RNE	Rede Nacional de Expressos
ROB	Rede Operacional de Bombeiros
S	
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SEPNA	Serviço Especial de Proteção da Natureza e Ambiente
SF	Sapadores Florestais
SGO	Sistema de Gestão de Operações
SGIF	Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SIOPS	Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro
SIRESP	Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança em Portugal
SITAC	Situação Tática
SMPC	Serviço Municipal de Proteção Civil
SMS	Short Message Service
SMT	Serviço Móvel Terrestre
SNIRH	Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos
STF	Serviço Telefónico Fixo
SVARH	Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos
T	
TO	Teatro de Operações
TUA	Título Único de Ambiente
U	
UCI	Unidade de Cooperação Internacional
UEPS	Unidade de Emergência de Proteção e Socorro



Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Município de Paredes de Coura

Versão 01 | março de 2024

ULPC	Unidades Locais de Proteção Civil
Z	
ZA	Zona de Apoio
ZAP	Zona de Apoio Psicológico
ZCAP	Zona de Concentração e Apoio às Populações
ZCR	Zonas de Concentração e Reserva
ZI	Zona de Intervenção
ZRR	Zona de Receção de Reforços
ZS	Zona de Sinistro
ZRnM	Zonas de Reunião de Mortos



3 REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

3.1 LEGISLAÇÃO ESTRUTURANTE

- Decreto-Lei n.º 90-A/2022, de 30 de dezembro - Aprova o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro.
- Decreto-Lei n.º 2/2019, de 11 de janeiro - Institui o Sistema Nacional de Monitorização e Comunicação de Risco, de Alerta Especial e de Aviso à População.
- Despacho n.º 3317-A/2018, de 3 de março – Revisão do Sistema de Gestão de Operações (SGO).
- Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 30/2015, de 07 de maio – Aprovação de diretiva relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil e revogação da Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 25/2008 de 18 de julho.
- Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 66-A/2008, de 28 de outubro, Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro, pela Lei n.º 59/2015, de 24 de junho de 2015 e pelo Decreto-Lei n.º 49/2017, de 24 de maio, pela Lei n.º 21/2019, de 25 de fevereiro, pela Lei n.º 73/2021, de 12 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 122/2021, de 30 de dezembro, pela Lei n.º 24/2022, de 16 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 41/2023, de 02 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 99-A/2023, de 27 de outubro – Aprova a Lei de Segurança Interna.
- Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro e pelo Decreto-Lei n.º 44/2019, de 1 de abril – Define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos serviços municipais de proteção civil e determina as competências do comandante operacional municipal.



Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Município de Paredes de Coura

Versão 01 | março de 2024

- Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei n.º 80/2015, de 03 de agosto, que a republicou – Aprova a Lei de Bases da Proteção Civil.
- Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro e pelo Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio – Cria o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS) e estabelece a sua estrutura, respetivas competências e funcionamento, bem como normas e procedimentos a desenvolver em situação de iminência ou de ocorrência de acidente grave ou catástrofe.

3.2 LEGISLAÇÃO ORGÂNICA

- Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 86/2019, de 2 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 169-B/2019, de 3 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 43/2020, de 21 de julho, pela Lei n.º 9/2021, de 2 de março, pelo Decreto-Lei n.º 46/2021, de 11 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 32/2022, de 9 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 90-A/2022, de 30 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro- Lei Orgânica da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
- Lei n.º 32/2007, de 13 de agosto - Regime Jurídico das Associações Humanitárias de Bombeiros
- Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, alterada pela Lei 48/2009, de 4 de agosto, e pelo Decreto-Lei 249/2012, de 21 de novembro - Regime Jurídico dos Bombeiros Portugueses
- Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 248/2012, de 21 de novembro - Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros
- Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 1-A/2008, de 04 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 113/2018, de 18 de



Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Município de Paredes de Coura

Versão 01 | março de 2024

dezembro, pela Lei n.º 73/2021, de 12 de novembro e pela Lei n.º 53/2023, de 31 de agosto - Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana

- Decreto-Lei n.º 22/2006, de 2 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 113/2018, de 18 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 114/2018, de 18 de dezembro - Lei Orgânica do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente e do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro, da Guarda Nacional Republicana
- Decreto-Lei n.º 34/2012, de 14 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 17/2012 e pelo Decreto-Lei n.º 19/2023, de 22 de março - Lei Orgânica do Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.
- Decreto-Lei n.º 281/2007, de 7 de agosto, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 88/2007, de 4 de outubro - Aprova o Regime Jurídico da Cruz Vermelha Portuguesa
- Portaria n.º 91/2017, de 2 de março - Define o âmbito, o modo de reconhecimento e as formas de cooperação em atividades de proteção civil das organizações de voluntariado de proteção civil (OVPC)
- Decreto-Lei n.º 8/2017- Estabelece o regime jurídico aplicável aos sapadores florestais e às equipas de sapadores florestais no território continental português e define os apoios públicos de que estas podem beneficiar
- Decreto-Lei n.º 82/2009, de 2 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 135/2013, de 4 de outubro e pela Declaração de Retificação n.º 51/2013, de 12 de março - Estabelece as regras de designação, competência e funcionamento das entidades que exercem o poder de autoridade de saúde
- Decreto-Lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 127/2014, de 22 de agosto, pelo Decreto-Lei 173/2014, de 19 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 206/2015, de 23 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 61/2022, de 23 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 89/2023, de 11 de novembro - Lei Orgânica das Administrações Regionais de Saúde, I.P.



Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Município de Paredes de Coura

Versão 01 | março de 2024

- Lei Orgânica n.º 2/2021, de 9 de agosto - Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
- Decreto-Lei n.º 184/2014, de 29 de dezembro - Lei Orgânica do EMGFA
- Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro - Lei Orgânica do Exército
- Decreto-Lei n.º 185/2014, de 29 de dezembro - Lei Orgânica da Marinha
- Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de março com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 263/2009, de 28 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 235/2012, de 31 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 121/2014, de 7 de agosto - Estabelece as atribuições, a estrutura e a organização da Autoridade Marítima Nacional
- Decreto-Regulamentar n.º 17/2012, de 31 de janeiro - Lei Orgânica da Direção-Geral de Política do Mar
- Decreto-Lei n.º 49-A/2012, de 29 de fevereiro - Lei Orgânica da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
- Decreto-Lei n.º 40/2015, de 16 de março - Lei Orgânica da Autoridade Nacional da Aviação Civil
- Decreto-Lei n.º 252/2000 de 16 de outubro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 290-A/2001, de 17 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 240/2012, de 6 de novembro e pela Lei n.º 73/2021, de 12 de novembro- Lei Orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
- Decreto-Lei n.º 166/2012, de 31 de julho, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 54/2012, de 28 de setembro - Lei Orgânica do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P.



Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Município de Paredes de Coura

Versão 01 | março de 2024

- Decreto-Lei n.º 148/2012, de 12 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 41/2023, de 2 de junho - Lei Orgânica do Instituto dos Registos e Notariado
- Decreto-Lei n.º 137/2019 de 13 de setembro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 55/2019, de 23 de outubro, pela Lei n.º 79/2021, de 24 de novembro, pela Lei n.º 2/2023, de 16 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 8/2023, de 31 de janeiro, pela Lei n.º 35/2023, de 21 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 139-C/2023, de 29 de dezembro - Aprova a nova estrutura organizacional da Polícia Judiciária
- Decreto-Lei n.º 194/2012, de 23 de agosto - Lei Orgânica da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
- Decreto-Lei n.º 157/2012, de 18 de julho - Lei Orgânica do Laboratório Nacional de Engenharia Civil
- Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio - Lei Orgânica das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional
- Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 55/2016 de 26 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 108/2018 de 3 de dezembro e, pelo Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro - Lei Orgânica da Agência Portuguesa do Ambiente
- Decreto-Regulamentar n.º 31/2012, de 13 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 68/2015, de 29 de abril - Lei Orgânica da Direção-Geral da Alimentação e Veterinária
- Decreto-Lei n.º 43/2019, de 29 de março, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 136/2021, de 30 de junho - Lei Orgânica no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.
- Decreto-Lei n.º 68/2012, de 20 de março - Lei Orgânica do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.



Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Município de Paredes de Coura

Versão 01 | março de 2024

- Decreto-Lei n.º 83/2012, de 30 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 167/2013, de 30 de dezembro - Lei Orgânica do Instituto de Segurança Social
- Lei n.º 10/2014, de 06 de março - Aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
- Lei n.º 68/2019, de 27 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março - Aprova o Estatuto do Ministério Público

3.3 LEGISLAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

- Declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 97/2007, 16 de maio - Estado de alerta especial para o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS)
- Declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 344/2008, de 17 de outubro - Regulamento de Funcionamento dos Centros de Coordenação Operacional
- Decreto-Lei n.º 112/2008, de 1 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro - Conta de Emergência
- Decreto-Lei n.º 5/2000, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 138/2000, de 13 de julho, pela Lei n.º 30/2006, de 11 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 109/2010, de 14 de outubro - Estabelece o regime jurídico da remoção, transporte, inumação, exumação, transladação e cremação de cadáveres, bem como de alguns desses atos relativos a ossadas, cinzas, fetos mortos e peças anatómicas, e ainda da mudança de localização de um cemitério
- Decreto-Lei n.º 253/95, de 30 de setembro - Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Aéreo
- Decreto-Lei n.º 15/94, de 22 de janeiro - Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Marítimo
- Decreto-Lei n.º 43/2002, de 2 de março - Define a organização e atribuições do Sistema



Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Município de Paredes de Coura

Versão 01 | março de 2024

da Autoridade Marítima (SAM) e cria a Autoridade Marítima Nacional

- Decreto-Regulamentar n.º 86/2007, de 12 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 87/2020, de 15 de novembro - Articulação, nos espaços marítimos soberania e jurisdição nacional, entre autoridades de polícia
- Lei n.º 44/86, de 30 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei Orgânica n.º 1/2012, de 11 de maio - Lei do Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência
- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 46-C/2013, de 1 de novembro, pela Declaração de Retificação n.º 50-A/2013, de 11 de novembro, pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro e pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, pela Lei n.º 66/2020, de 4 de novembro, pela Lei n.º 24-A/2022, de 23 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro - Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico

3.4 LEGISLAÇÃO CONCORRENTE

- Decreto-Lei n.º 49/2022, de 19 de julho - Altera as regras de funcionamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, determinando a adaptação das áreas prioritárias de prevenção e segurança até 31 de março de 2023.
- Despacho n.º 8591/2022, de 13 de julho - Requisitos para adoção de medidas de proteção relativas à resistência do edifício à passagem do fogo, a constar em ficha de segurança ou projeto de especialidade no âmbito do Regime Jurídico de Segurança contra Incêndio em Edifícios.



Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Município de Paredes de Coura

Versão 01 | março de 2024

- Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 39-A/2021 e pelo Decreto-Lei n.º 56/2023, de 14 de julho – Cria o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) e estabelece as suas regras de funcionamento.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2021, de 11 de agosto - Aprova a Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho – Aprova o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR).
- Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 224/2015 de 09 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho, pelo Lei n.º 123/2019, de 18 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29 de janeiro - Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndio em Edifícios
- Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 135/2020 de 2 de junho e pelo Despacho n.º 8591/2022, de 13 de julho - Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndio em Edifícios
- Decreto-Lei n.º 150/2015, de 05 de agosto - Prevenção de Acidentes Graves com Substâncias Perigosas
- Decreto-Lei n.º 108/2018 de 3 de dezembro - Estabelece o Regime Jurídico da Proteção Radiológica
- Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 206-A/2012, de 31 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 19- A/2014, de 7 de fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 246-A/2015, de 22 de outubro - Aprova o Regulamento do Transporte Terrestre, Rodoviário e Ferroviário, de Mercadorias Perigosas
- Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 245/2009, de 22 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março, pelo Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho, pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, pela Lei n.º 44/2017, de 19 de



Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Município de Paredes de Coura

Versão 01 | março de 2024

junho, pelo Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro e pela Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro - Lei da Água: medidas de proteção contra cheias e inundações; medidas de proteção contra secas; medidas de proteção contra acidentes graves de poluição; medidas de proteção contra rotura de infraestruturas hidráulicas

- Decreto-Lei n.º 115/2010, de 22 de outubro - Estabelece um quadro para a avaliação e gestão dos riscos de inundações, com o objetivo de reduzir as suas consequências prejudiciais
- Decreto-Lei n.º 344/2007, de 15 de outubro - Regulamento de Segurança de Barragens, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 21/2018, de 28 de março
- Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro - Aprova o Plano Nacional da Água
- Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro - Aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
- Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 74/2017, de 16 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 20/2020, de 1 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 3/2021, de 7 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 52/2021, de 15 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro- Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo

3.5 LEGISLAÇÃO DIVERSA

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2013, de 11 de dezembro - Aprova o Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2003, de 8 de abril - Redefine as condições de instalação do SIRESP - Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal e determina a adoção de várias medidas concretas necessárias à respetiva implementação



Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Município de Paredes de Coura

Versão 01 | março de 2024

- Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2011, de 13 de setembro, posteriormente alterada pela Lei n.º 10/2013, de 28 de janeiro, pela Lei n.º 42/2013, de 3 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 35/2014, de 7 de março, pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 127/2015, de 3 de setembro, pela Lei n.º 15/2016, de 17 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 92/2017, de 31 de julho. - Lei das Comunicações Eletrónicas
- Lei n.º 17/2012, de 26 de abril, alterada pelo Decreto-Lei n.º 160/2013, de 19 de dezembro e pela Lei n.º 16/2014, de 4 de abril - Estabelece o Regime Jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional
- Decreto-Lei n.º 448/99, de 4 de novembro, alterada e republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 160/2013, de 19 de novembro - Bases da Concessão do Serviço Postal Universal
- Decreto-Lei n.º 53/2009, de 2 de março - Define as regras aplicáveis aos serviços de amador e de amador por satélite, bem como a definição do regime de atribuição de certificados e autorizações especiais aos amadores e de licenciamento das estações de uso comum
- Decreto-Lei n.º 47/2000, de 24 de março - Regime Jurídico aplicável à utilização do Serviço Rádio Pessoal - Banda do Cidadão
- Regulamento n.º 303/2019, de 1 de abril - Regulamento relativo à Segurança e à Integridade das Redes e Serviços de Comunicações Eletrónicas

3.6 OUTRAS REFERÊNCIAS

- Normas Operacionais Permanentes (NOP) da ANEPC
- Diretivas Operacionais Nacionais da ANEPC



4 REGISTO DE ATUALIZAÇÕES E EXERCÍCIOS

4.1 REGISTO DE ATUALIZAÇÕES

ATUALIZAÇÕES AO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE PAREDES DE COURA					
Versão	Alteração	Data da alteração	Data de aprovação	Entidade Competente pela Aprovação	Observações
01	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil	-	1999	Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC)	O PMEPC de Paredes de Coura é anterior a agosto de 1999, desconhecendo-se a data de aprovação pela CNPC, não tendo sido sujeito a consulta pública.
02	1.ª Revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil	-	2015	CNPC (mediante parecer prévio da CMPC e da ANEPC)	Resolução n.º 3/2017, de 25 de outubro
03	2.ª Revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil	Em Curso	(...)	Assembleia Municipal (mediante parecer prévio da CMPC e da ANEPC)	(...)
04	(...)	(...)	(...)		(...)
05	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
06	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
07	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
08	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)



4.2 REGISTO DE EXERCÍCIOS¹¹

Até à presente data foi elaborado um exercício com vista a testar o PMEPC de Paredes de Coura. O quadro que se apresenta de seguida visa o futuro registo de exercícios (CPX e LIVEX) do plano.

REGISTO DE EXERCÍCIOS AO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE PAREDES DE COURA										
Tipo			Relatório do Exercício	Objetivos	Cenário	Local	Data	Agentes e Entidades Envolvidos	Meios e Recursos Envolvidos	Ensinamentos Recolhidos
TTX	CPX	LIVEX								

¹¹ Desde a sua primeira versão, o plano nunca foi alvo de exercícios com vista a testar a sua operacionalização. Contudo, o quadro que se apresenta de seguida visa o futuro registo de exercícios (CPX e LIVEX) do plano.

